

1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Termo de Referência 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	160339-1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	LAMARTINE CANDIDO DE ARAUJO JUNIOR	22/04/2026 12:11 (v 0.7)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64039.001419/2026-71

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64039.001419/2026-71)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de empresas especializadas, devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente, para realizar prestação de serviços de gestão ambiental, que configuram em serviços de: Coleta, transporte e destinação de resíduos perigosos (Classe I); Serviço de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos da construção civil (Classe A, B e C); Desinsetização e Desratização; Limpeza, higienização e desinfecção das caixas d'água; Sucção/limpeza de resíduos de fossas sépticas; Limpeza e higienização do separador de água e óleo; Recarga de Extintores e teste hidrostático; Coleta e análise microbiológica e físico-químico da água de reservatórios, para o 1º Batalhão de Engenharia de Construção - 1ºBEC, Batalhão Seridó, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. Min.	QUANT. Max.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Serviço de coleta, (transporte, referente ao item 2), tratamento e destinação ambientalmente adequado de RESÍDUOS LÍQUIDO (CLASSE I), Provenientes do resíduos dos tanques de emulsão asfáltica. - JUCURUTU/RN.	14265	TON	1	70	R\$ 680,91	R\$ 47.663,70

	2	<b>Coleta e Transporte de resíduos</b> Refere-se a cada coleta solicitada pela administração (Refere-se a cada coleta solicitada pela administração do Item 1). - <b>JUCURUTU/RN.</b>	14265	UND (viagem)	1	6	R\$ 5.712,56	R\$ 34.275,36
2	3	Serviço de acondicionamento, coleta, (transporte, referente ao item 4), tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos da <b>construção civil (Classe A, B e C)</b> em <b>Jucurutu-RN.</b> Conforme classificação da Resolução CONAMA 307/2002.	14265	TON	15	500	R\$ 219,58	R\$ 109.790,00
	4	<b>Coleta e Transporte de resíduos</b> Refere-se a cada coleta solicitada pela administração (Refere-se a cada coleta solicitada pela administração do Item 3). - <b>JUCURUTU/RN.</b>	14265	UND (viagem)	1	18	R\$ 5.562,66	R\$ 100.127,88
3	5	<b>Desinsetização:</b> Aplicação de produtos nas áreas internas e externas com borrifação termonebulizador e bomba costal contra pulgas, traças, escorpiões, moscas, aranhas, formigas urbanas, baratas, barbeiros e percevejos. - <b>RANCHO DO 1º BEC. CAICÓ/RN</b>	3417	M²	1000	2000	R\$ 1,74	R\$ 3.480,00
	6	<b>Desratização:</b> Aplicação de produtos no combate contra ratos, ratazanas e comundongos. A empresa deverá fornecer as iscas e materiais necessários para a captura dos roedores. Após a realização dos serviços, a empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, no qual especifique o prazo de validade dos serviços e produtos aplicados. <b>RANCHO DO 1º BEC. CAICÓ/RN</b>	3417	M²	1000	2000	R\$ 1,74	R\$ 3.480,00
	7	<b>Desinsetização:</b> Aplicação de produtos nas áreas internas e externas com borrifação termonebulizador e bomba costal contra pulgas, traças, escorpiões, moscas, aranhas, formigas urbanas,	3417	M²	550	550	R\$ 1,74	R\$ 957,00

		baratas, barbeiros e percevejos. - <b>RANCHO DO 1º BEC. JUCURUTU/RN</b>						
	8	<b>Desratização:</b> Aplicação de produtos no combate contra ratos, ratazanas e comundongos. A empresa deverá fornecer as iscas e materiais necessários para a captura dos roedores. Após a realização dos serviços, a empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, no qual especifique o prazo de validade dos serviços e produtos aplicados. <b>RANCHO DO 1º BEC. JUCURUTU/RN</b>	3417	M²	550	550	R\$ 1,74	R\$ 957,00
N/A	9	<b>Limpeza geral de reservatório ou caixa d'água</b> , por hidrojateamento com pressão moderada e uso de escovas de cervas de nylon para que as paredes não sejam danificadas, eliminando assim toda sujeira aderida nas mesmas. A água residual do fundo do reservatório será totalmente escoada por bombeamento. Os resíduos oriundos desta limpeza serão retirados do reservatório e o processo será repetido novamente por mais duas vezes. - <b>CAICÓ /RN (1º BEC e PNRs).</b> <b>5 UNI DE 1 M³;</b> <b>22 UNI DE 2 M³</b> <b>6 UNI DE 5 M³;</b> <b>3 UNI DE 10 M³;</b> <b>2 UNI DE 15 M³.</b>	13595	M³	1	140	R\$ 144,45	R\$ 20.223,00
N/A	10	<b>Serviço de limpeza e transporte de dejetos líquidos e sólidos de caixas de gordura e/ou fossa sépticas.</b> Limpeza retirando os dejetos por meio de caminhão limpa fossa (veículo equipado com bomba de vácuo). - <b>CAICÓ /RN</b>	16527	M³	1	450	R\$ 156,57	R\$ 70.456,50
4	11	<b>Serviço de limpeza, higienização e disposição final do rejeito de separador de água e óleo - SAO</b> , oriundos de posto de combustível e dique de lavagem. - <b>CAICÓ/RN</b>	2488	UNI	1	4	R\$ 1.786,63	R\$ 7.146,52
	12	<b>Serviço de limpeza, higienização e disposição final do rejeito de separador de água e óleo -</b>	2488	UNI	1	4	R\$ 1.786,63	R\$ 7.146,52

		SAO, oriundos de posto de combustível e dique de lavagem. - JUCURUTU/RN						
5	13	<b>Serviço de recarga de extintores.</b> Extintor pó químico seco (PQSP) classe B e C; Carga: 4 kg. <b>CAICÓ/RN</b>	3662	UNI	1	8	R\$ 69,25	R\$ 554,00
	14	<b>Serviço de recarga de extintores.</b> Extintor pó químico seco (PQSP) classe A, B e C; Carga: 6 kg. <b>CAICÓ/RN</b>	3662	UNI	1	8	R\$ 80,38	R\$ 643,04
	15	<b>Serviço de recarga de extintores.</b> Extintor pó químico seco (PQSP) classe B e C; Carga: 8 kg. <b>CAICÓ/RN</b>	3662	UNI	1	8	R\$ 80,10	R\$ 640,80
	16	<b>Serviço de recarga de extintores.</b> Extintor pó químico seco (PQSP) classe B e C; Carga: 12 kg. <b>CAICÓ/RN</b>	3662	UNI	1	5	R\$ 95,01	R\$ 475,05
	17	<b>Serviço de recarga de extintores.</b> Extintor de água pressurizada (AP) classe A; Carga: 10 L. <b>CAICÓ/RN</b>	3662	UNI	1	5	R\$ 70,00	R\$ 350,00
	18	<b>Serviço de recarga de extintores.</b> Extintor espuma mecânica (EMP) classes A e B; Carga: 10 kg. <b>CAICÓ/RN</b>	3662	UNI	1	8	R\$ 172,50	R\$ 1.380,00
	19	<b>Serviço de recarga de extintores.</b> Extintor CO2 Dióxido de Carbono; classes A, B e C, Carga: 10 kg. <b>CAICÓ/RN</b>	3662	UNI	1	8	R\$ 200,00	R\$ 1.600,00
	20	<b>Serviço de recarga de extintores.</b> Extintor CO2 Dióxido de Carbono; classes A, B e C; Carga: 5 kg. <b>CAICÓ/RN</b>	3662	UNI	1	8	R\$ 94,00	R\$ 752,00
	21	<b>Serviço de recarga de extintores.</b> Extintor CO2 Dióxido de Carbono; classes A, B e C; Carga: 6 kg. <b>CAICÓ/RN</b>	3662	UNI	1	8	R\$ 126,66	R\$ 1.013,28
	22	<b>Teste hidrostático.</b> Estimativa de 66 testes. <b>CAICÓ/RN</b>	3662	UNI	1	66	R\$ 23,92	R\$ 1.578,72
N/A	23	<b>Serviço de coleta, condicionamento adequado, transporte e análise microbiológica e físico-química da água.</b> Operação Curimataú e demanda 1ºBEC. Previsão de 60 (Curimataú), 2 previstas (1º BEC) e 4 previstas para (Jucurutu/RN).	20753	UNI	1	66	R\$ 1.814,12	R\$ 119.731,92
								R\$

\*N/A - Não se aplica.

### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

### Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 MESES contados do(a) data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, a qual conforme minudenciado nos Estudos supracitados, abrange a prestação dos serviços de Coleta, transporte e destinação de resíduos perigosos (Classe I); Resíduos de construção civil; Desinsetização e Desratização; Limpeza, higienização e desinfecção das caixas d'água; Sucção/limpeza de resíduos de fossas sépticas; Limpeza e higienização do separador de água e óleo; Recarga de Extintores; Coleta e análise microbiológica e físico-químico da água de reservatórios, para o 1º Batalhão de Engenharia de Construção - 1ºBEC, batalhão seridó.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) Fornecer aos seus empregados os equipamentos de proteção individual (EPI's) que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- b) Atender o que está previsto na Lei No 12.305, de 2 de agosto de 2010; respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e, estar regularmente

cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – (CNORP), parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

c) possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

d) Todo e qualquer processo de tratamento/destinação deverá ser executado em instalações licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, e será comprovado pelo respectivo Certificado de Destinação ou Contrato com instituição responsável.

e) A não apresentação de documentos comprobatórios quanto ao destino dos resíduos recolhidos na Organização militar poderá implicar em sanções administrativas à empresa.

f) Os serviços contratados deverão priorizar soluções que minimizem os impactos ambientais, promovam a eficiência de recursos e garantam a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

4.2 O cumprimento das exigências ambientais constitui condição essencial para a execução contratual, nos termos do art. 117, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, podendo o descumprimento ensejar a aplicação das sanções previstas no art. 156 da referida lei.

### **Subcontratação**

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Vistoria**

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 8 (oito) horas às 11 (onze) horas e de 13 (treze) horas às 16 (dezesesseis) horas e na sexta-feira das 08 (oito) horas às 11 (onze) horas, devendo ser agendado pelo email: sectec1becnst@gmail.com

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1. GRUPO 1 (ITEM 1 e ITEM 2):**

- A execução dos serviços ocorrerá após a emissão da respectiva Nota de Empenho, sendo a contratação formalizada por meio deste instrumento, emitido pelo órgão participante do processo licitatório, contendo o nome da empresa contratada, o objeto e sua especificação.
- A Nota de Empenho será encaminhada à CONTRATADA por e-mail, devendo esta acusar o recebimento no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de envio, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- A execução dos serviços poderá ser solicitada a qualquer tempo, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
- O transporte dos resíduos deverá ser realizado em veículos adequados para este tipo de serviço, conforme a NBR 7500 (Identificação para o Transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de Produtos), NBR 9735 (Conjunto de Equipamentos para Emergências no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos), NBR 13221 (Transporte terrestre de resíduos) e suas atualizações.
- A CONTRATADA terá inteira responsabilidade sobre a disposição final dos resíduos e, caso exista alteração do processo de destino final, durante a vigência do contrato, a mesma deverá ser apresentada aos fiscais dos contratos.
- Os serviços serão prestados nos locais sob responsabilidade da CONTRATANTE.
- O início da execução dos serviços será precedido de contato telefônico ou por e-mail entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme a necessidade de coleta do resíduo.
- Os serviços executados deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do término da execução.
- Caso sejam constatados problemas passíveis de acionamento da garantia, a CONTRATANTE notificará formalmente a CONTRATADA para que esta promova as correções necessárias no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, sob pena de aplicação de sanções administrativas.
- A CONTRATANTE não se responsabilizará por acidentes ocorridos nos locais de execução dos serviços, nem atuará como mediadora de conflitos deles decorrentes.

**5.1.2. GRUPO 2 (ITEM 3 e ITEM 4)**

- A execução do objeto compreenderá conforme demanda da Administração, devendo observar as disposições da Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022, Resolução CONAMA nº 307/2002 e normas técnicas aplicáveis.
- Os serviços serão executados de forma parcelada, mediante solicitação da Contratante, por meio de ordem de serviço ou instrumento equivalente, conforme a necessidade, devendo a contratada atender às demandas dentro do prazo estabelecido, contado do acionamento formal.
- O acondicionamento dos resíduos deverá ser realizado de forma adequada, podendo a Administração solicitar a disponibilização de caçambas estacionárias ou recipientes apropriados, compatíveis com o volume e a natureza dos resíduos, garantindo a segregação por classe, sempre que aplicável.
- A coleta será realizada nos locais indicados pela Administração, com utilização de equipamentos e mão de obra adequados, devendo a contratada assegurar a retirada completa dos resíduos solicitados, mantendo a organização e segurança do local.
- O transporte dos resíduos deverá ser realizado em veículos apropriados, devidamente licenciados e em conformidade com as normas técnicas e ambientais vigentes, garantindo condições seguras durante o deslocamento até o local de tratamento ou destinação final.
- O tratamento e a destinação final deverão ocorrer em instalações devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, observando a classificação dos resíduos, priorizando a reutilização e reciclagem dos resíduos das classes A e B, e assegurando a destinação ambientalmente adequada dos resíduos Classe C.
- A contratada será responsável pela emissão e apresentação dos documentos comprobatórios da execução dos serviços, incluindo Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), Certificado de Destinação Final, os quais deverão ser entregues à fiscalização da Contratante.

- A execução dos serviços deverá ocorrer em conformidade com os horários e condições previamente acordados com a Administração, de modo a não interferir nas atividades institucionais, devendo a contratada observar as normas de segurança, saúde ocupacional e proteção ambiental durante todas as etapas do serviço.
- A contratada será integralmente responsável pelos resíduos desde a coleta até a destinação final, inclusive quanto a eventuais danos ambientais, devendo adotar todas as medidas necessárias para garantir a execução adequada e segura do objeto contratado.

#### 5.1.3 GRUPO 3 (ITEM 5, ITEM 6, ITEM 7 e ITEM 8)

- Contratada deverá emitir respectivo laudo informando quais produtos foram aplicados, quais os cuidados necessários, sendo devidamente assinado pelo responsável técnico da empresa.
- A execução dos serviços deverá observar os procedimentos a seguir, respeitando as normativas da Vigilância Sanitária, CONAMA e outras legislações pertinentes.

##### 5.1.3.1. Desinsetização

- A desinsetização deverá ser realizada nas áreas internas e externas conforme o plano de ação aprovado, utilizando produtos químicos devidamente registrados no Ministério da Saúde.
- A aplicação deverá seguir as normas da ANVISA e Resolução vigente, priorizando o uso de produtos de baixa toxicidade e técnicas seguras de manuseio para proteger os ocupantes e o meio ambiente.

##### 5.1.3.2. Desratização

- A desratização deverá ser feita utilizando iscas rodenticidas, armadilhas e outros métodos de controle adequados para cada ambiente.
- A contratada deve garantir a correta disposição das iscas e armadilhas, assegurando que não haja riscos à saúde humana ou ao meio ambiente.
- Todas as ações devem estar em conformidade com as diretrizes do CONAMA, especialmente no que tange ao uso seguro de rodenticidas e descarte de animais.

#### 5.1.4. ITEM 9

- A execução dos serviços deverá ocorrer conforme as seguintes etapas, respeitando as normativas técnicas e legais aplicáveis. Com objeto de limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água nas instalações da contratante, visando garantir a potabilidade da água para consumo humano.
- A contratada deverá realizar uma inspeção técnica em cada caixa d'água para avaliar as condições gerais e determinar a melhor metodologia para a execução dos serviços.
- O primeiro passo será o esvaziamento completo da caixa d'água, garantindo que a água remanescente seja descartada de forma adequada e em conformidade com as normativas ambientais vigentes. Em seguida, será realizada a limpeza física das paredes e fundo da caixa d'água, utilizando escovas e outros materiais adequados, para a remoção de resíduos sólidos, lodo, incrustações e sujeiras acumuladas.
- Após a limpeza física, deverá ser aplicada uma solução higienizante apropriada, seguindo os parâmetros estabelecidos pela ANVISA. A solução utilizada deverá ser segura e eficaz, garantindo a eliminação de micro-organismos nocivos sem comprometer a qualidade da água destinada ao consumo humano.
- Deverá ser emitido certificado e garantia mínima de 6 meses. Material a ser utilizado pela contratada: Hipoclorito de Sódio 12%. A dosagem do agente desinfetante deverá ser adequada ao volume da caixa d'água e ao nível de contaminação identificado, respeitando os limites de cloro residual livre estabelecidos por lei.
- Após o tempo de ação do produto desinfetante, a caixa deverá ser enxaguada para remover qualquer resíduo químico que possa afetar a qualidade da água.

#### 5.1.5. ITEM 10

- Eventualmente para o item – quando as fossas sépticas do destacamento estiverem no seu limite a empresa vencedora do item será acionada e terá o prazo de 10 três dias úteis para a limpeza.



- A CONTRATADA terá inteira responsabilidade sobre a disposição final dos resíduos e, caso exista alteração do processo de destino final, durante a vigência do contrato, a mesma deverá ser apresentada aos fiscais dos contratos.
- O transporte dos resíduos deverá ser realizado em veículos adequados para este tipo de serviço, conforme a NBR 7500 (Identificação para o Transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de Produtos), NBR 9735 (Conjunto de Equipamentos para Emergências no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos), NBR 13221 (Transporte terrestre de resíduos) e suas atualizações.

#### 5.1.6. GRUPO 4 (ITEM 11 e ITEM 12)

- Deverá ocorrer 02 (duas) limpezas durante o ano de validade do contrato, de acordo com a localidade a ser contratada.
- A contratada deverá realizar a limpeza e manutenção do separador de água e óleo, visando garantir a eficiência na separação de contaminantes e conformidade com as normas ambientais vigentes.
- O cronograma de execução deverá ser previamente aprovado pela contratante, prevendo a limpeza e higienização de cada separador de água e óleo de acordo com a criticidade do local e da necessidade operacional.

#### 5.1.7. GRUPO 5 (ITEM 13, ITEM 14, ITEM 15, ITEM 16, ITEM 17, ITEM 18, ITEM 19, ITEM 20, ITEM 21 e ITEM 22)

- A CONTRATADA será responsável pela retirada dos extintores de incêndio nos locais indicados pela CONTRATANTE, para a execução dos serviços de recarga e/ou ensaio hidrostático, conforme demanda.
- Os extintores retirados deverão ser transportados pela CONTRATADA de forma adequada e segura, observando as normas técnicas e de segurança aplicáveis.
- A recarga e o ensaio hidrostático dos extintores deverão ser executados em conformidade com a legislação vigente, normas técnicas aplicáveis e demais exigências dos órgãos competentes, em especial as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), quando aplicáveis.
- Após a execução dos serviços, os extintores deverão ser devolvidos pela CONTRATADA ao mesmo local de onde foram retirados, devidamente recarregados, testados, lacrados, identificados e em perfeitas condições de uso.
- Os extintores entregues deverão atender integralmente aos parâmetros técnicos e de segurança vigentes, estando aptos para operação imediata.
- A CONTRATADA deverá fornecer, no ato da entrega, os certificados, selos, etiquetas, relatórios de ensaio hidrostático e demais documentos comprobatórios exigidos pela legislação vigente, comprovando a regularidade dos serviços executados.
- Caso algum extintor seja considerado reprovado no ensaio hidrostático ou inapto para uso, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a CONTRATANTE, apresentando laudo técnico com a justificativa da reprovação.
- A responsabilidade pela integridade, guarda e conservação dos extintores durante o período compreendido entre a retirada e a devolução será integralmente da CONTRATADA.

#### 5.1.8. ITEM 23

- A execução dos serviços deverá assegurar o cumprimento das normas técnicas e legais aplicáveis, como a Portaria GM/MS nº 888/2021 (Padrões de potabilidade de água) e/ou Portaria posterior a mencionada.
- A contratante fornecerá uma relação dos pontos de coleta (poços e/ou na OM), onde as amostras de água deverão ser colhidas.
- A contratada deverá fornecer um cronograma detalhado das atividades para aprovação da contratante, levando em consideração a urgência da limpeza e o planejamento operacional da instituição.
- As amostras devem ser armazenadas em recipientes esterilizados, identificados adequadamente com etiquetas que indiquem o ponto de coleta, a data e o horário da coleta.
- O transporte das amostras para o laboratório deverá ser feito em condições controladas de temperatura, para evitar alterações na qualidade da água até o momento da análise.

- As análises microbiológicas deverão incluir a pesquisa de coliformes totais e Escherichia coli (indicadores de contaminação fecal), conforme os parâmetros da Portaria GM/MS nº 888/2021 e/ou Portaria posterior a mencionada.
- As análises físico-químicas deverão contemplar a avaliação de parâmetros como: pH; Condutividade elétrica; Turbidez; Cloro residual livre; Cor aparente; Sólidos totais dissolvidos; Alcalinidade; Dureza total, entre outros, conforme a finalidade da análise e os padrões de potabilidade da água.
- Após a realização das análises, a contratada deverá elaborar e entregar relatórios técnicos.

## Local e horário da prestação dos serviços

### 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1. **CAICÓ/RN:** Nas instalações da sede da Organização Militar (1ºBEC), no município de Caicó/RN, na Rua Tonheca Dantas, 463, Bairro Penedo, CEP 59.300-000, Caicó-RN.

**(ITENS: 5, 6, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23(2 análises))**

- Segunda a quinta-feira: das 08h às 11h e das 13h às 16:00h.
- Sexta-feira: das 08h às 11h.

5.2.2. **O local e horário da prestação de serviço:** Os locais previstos para coleta (transporte) e análise da água na Operação Curimataú (cidades no estado da Paraíba) (ITEM 23 (60 análises)).

- **OPERAÇÃO CURIMATAÚ:** Possíveis localidades da operação: Algodão de Jandaíra; Arara; Barra de Santa Rosa; Cacimba de Dentro; Casserengue; Cubati; Cuité; Damião; Juazeirinho; Junco do Seridó; Nova Palmeira; Olivedos; Pedra Lavrada; Picuí; São Vicente do Seridó; Solânea; Soledade; Tacima; Tenório; Araruna; Baraúna; Dona Inês; Frei Martinho; Nova Floresta; Pocinhos; Remígio; Riachão; Salgadinho; Santa Luzia; São José do Sabugi; São Mamede e Sossêgo.
- Os serviços serão prestados nos horários a serem definidos com a contratada.

5.2.3. **JUCURUTU/RN:** Km 58 da Rodovia BR-226/RN, Sítio Pedra do Navio, S/N, CEP: 59.330-000, Jucurutu – RN, coordenada -6°01'26.0" S e -7°01'39.0" W. Destacamento Vale do Assu, S/N, Br 226, km 247.

**(ITENS: 1, 2, 3, 4, 7, 8, 12 e 23(4 análises))**

- Os serviços serão prestados nos horários a serem definidos com a contratada.

## Rotinas a serem cumpridas

### 5.3. A execução contratual observará as rotinas:

#### 5.3.1. GERAL

- A preparação do local, a retirada dos resíduos e a limpeza final após a execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo a destinação dos resíduos observar integralmente a legislação ambiental vigente.
- Durante toda a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá manter os ambientes limpos, organizados e em condições adequadas de segurança.
- A Contratada deverá responder por danos, desaparecimento de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou prepostos, a terceiros ou ao próprio local de serviço, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 120, da Lei n.º 14.133/21, respeitado o direito ao contraditório.
- A CONTRATADA deverá possuir representante ou encarregado que resida ou atue na região, apto a ser acionado a qualquer tempo e que esteja disponível para prestar esclarecimentos por ligação telefônica ou vídeo chamada, bem como comparecer ao local da execução em até 24 (vinte e quatro) horas corridas após o acionamento, para dirimir dúvidas, coordenar funcionários e acompanhar eventuais alterações na execução dos serviços.
- A CONTRATADA deverá submeter-se às normas internas de segurança exigidas pelo Comando da Organização Militar onde os serviços forem realizados.

- A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas necessárias à proteção dos trabalhadores e de terceiros envolvidos na atividade, observando rigorosamente a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho vigente.
- A CONTRATADA deverá manter livre e desobstruído o acesso aos equipamentos de combate a incêndio, sendo expressamente proibida a queima de qualquer tipo de material nos locais de execução dos serviços.

### 5.3.2. ESPECIFICA

#### 1. GRUPO 1 (ITEM 1 e ITEM 2):

- A CONTRATADA deverá armazenar os resíduos de forma segura até que seja realizada a destinação final ambientalmente adequada. E Deverá ser emitido pela contratada e entregue ao fiscal do contrato, em um prazo máximo de 15 (q) dias, o Certificado de Destinação Final – CDF, que comprove que o material foi destinado de maneira correta.
- Durante as etapas de coleta, transporte, estocagem temporária, transbordo e destinação final da emulsão asfáltica, a CONTRATADA deverá adotar medidas de controle que garantam a segurança das operações, evitando impactos ambientais negativos.
- A destinação final relacionada aos resíduos deverá atender integralmente ao disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.

#### 2. GRUPO 2 (ITEM 3 e ITEM 4)

- A execução dos serviços deverá obedecer a cronograma ou acionamento prévio da Administração, sendo que cada solicitação corresponderá a uma ordem de serviço, devendo a CONTRATADA realizar a coleta no prazo máximo estabelecido, contado a partir do acionamento formal.
- Os resíduos deverão ser previamente acondicionados ou organizados nos locais indicados pela Administração, cabendo à CONTRATADA realizar a coleta, carga, transporte e destinação final, assegurando que não haja dispersão de materiais, contaminação do solo ou riscos ao meio ambiente durante a execução.
- A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado, disponibilizar caçambas estacionárias ou recipientes adequados, em quantidade suficiente, garantindo o correto acondicionamento dos resíduos e facilitando a mensuração dos volumes coletados pela fiscalização do contrato.
- Durante a coleta, a CONTRATADA deverá realizar, quando aplicável, a segregação dos resíduos por classe (A, B e C), de modo a assegurar a destinação ambientalmente adequada, conforme as diretrizes da legislação vigente.
- O transporte dos resíduos deverá ser realizado de forma imediata após a coleta, não sendo permitida a permanência prolongada dos resíduos no local, salvo autorização expressa da Administração, devendo os veículos estar em condições adequadas de vedação e segurança para evitar perdas ou derramamentos.
- A CONTRATADA deverá realizar a pesagem ou mensuração na entrada (com o caminhão) e depois com os resíduos coletados por meio de métodos confiáveis e auditáveis, junto com a fiscalização.
- Após a execução de cada serviço, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização, no prazo máximo estipulado em contrato, o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e, posteriormente, o Certificado de Destinação Final, comprovando a destinação ambientalmente adequada dos resíduos.
- Caso haja qualquer irregularidade na execução dos serviços, inclusive quanto à destinação final dos resíduos, a CONTRATADA deverá promover a imediata correção, sem ônus adicional para a Administração, sujeitando-se às sanções previstas no contrato.

#### 3. (ITEM 5, ITEM 6, ITEM 7 e ITEM 8)

- A CONTRATADA deverá dar, além do prazo durante as aplicações, um prazo final de garantia de 60 (sessenta) dias após a última aplicação.
- CONTRATADA deverá aplicar dentro do período de garantia tantas corretivas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e pragas.
- As chamadas para o pronto atendimento de correção (aplicação corretiva) ou de reforço não implicarão em qualquer ônus adicional ao contrato.

#### 4. ITEM 9

- A contratada deverá fornecer todos os equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços, como escovas, produtos químicos, sistemas de bombeamento, entre outros.
- Os serviços deverão ser executados por uma equipe técnica devidamente qualificada e treinada, com certificações reconhecidas para manuseio de produtos químicos e realização de limpezas em ambientes confinados.
- A contratada deverá assegurar que a qualidade da limpeza esteja em conformidade com os parâmetros legais após a execução dos serviços para garantir a potabilidade da água para consumo humano.

#### **5. ITEM 10**

- No escopo do serviço a contratada deve, por oportuno, seguir as seguintes recomendações: Inspeção Inicial e Planejamento para a limpeza; Remoção de resíduos acumulados na fossa séptica; Transporte/Destinação final adequado dos resíduos removidos; Higienização e teste final e; verificação do funcionamento da fossa séptica.
- A contratada será responsável pelo manuseio seguro, transporte e destinação final adequada dos resíduos sépticos, de acordo com as normas ambientais vigentes.
- Após a conclusão dos serviços, a contratada deverá elaborar um relatório técnico final, assinado pelo responsável técnico, descrevendo as atividades realizadas, o volume de resíduos removido, a condição final das fossas sépticas e os comprovantes de destinação final dos resíduos.

#### **6. GRUPO 4 (ITEM 11 e ITEM 12)**

- No escopo do serviço a contratada deve, por oportuno, seguir as seguintes recomendações: Inspeção do equipamento antes da limpeza; Remoção de resíduos acumulados em todo sistema do separador de água e óleo; Lavagem interna do equipamento com produtos ambientalmente adequados; Descarte adequado dos resíduos removidos e; Inspeção final e verificação do funcionamento do separador e água e óleo.

#### **7. GRUPO 5 (ITEM 13, ITEM 14, ITEM 15, ITEM 16, ITEM 17, ITEM 18, ITEM 19, ITEM 20, ITEM 21 e ITEM 22)**

- A empresa contratada deverá fornecer certificado de conformidade para cada extintor recarregado, garantindo que os serviços realizados atendem aos padrões de qualidade exigidos.
- O certificado deve conter a data de recarga, data de validade, tipo de extintor, e especificação do agente extintor utilizado.
- A contratada também deve garantir a validade da recarga conforme as normas vigentes, sendo responsável por qualquer falha técnica durante o período de garantia.

#### **8. ITEM 23**

- A contratada deverá planejar a logística da coleta, considerando a distância entre os pontos e o tempo de transporte das amostras até o laboratório para garantir a integridade dos materiais.
- A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários para a coleta (frascos, gelo seco, etiquetas, entre outros), além da mão de obra qualificada para a execução dos serviços.
- A contratada deverá assegurar que as amostras sejam transportadas nas condições corretas, evitando qualquer alteração que possa comprometer os resultados.
- A empresa contratada deverá garantir a fidedignidade dos resultados apresentados, bem como a conformidade com os padrões estabelecidos pelas normas aplicáveis. Caso algum parâmetro necessite de nova análise ou revisão, a contratada deverá realizar os ajustes sem ônus adicional para a contratante.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- A CONTRATADA deverá fornecer, para cada categoria profissional envolvida na execução dos serviços, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados às atividades desenvolvidas, tais como, entre outros: botas, capacetes, luvas, óculos de proteção, respiradores, cintos de segurança, protetores auriculares, capas de chuva (quando necessário) e macacões.

- Todos os empregados da CONTRATADA deverão portar crachá de identificação durante a execução dos serviços.
- A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus funcionários quanto ao uso correto, conservação e manutenção dos Equipamentos de Proteção Individual fornecidos.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.5. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. Contratada deverá emitir respectivo laudo informando quais produtos foram aplicados, quais os cuidados necessários, sendo devidamente assinado pelo responsável técnico da empresa.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período 30 dias.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação 6.18. da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.20. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.20.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

### **Gestor do Contrato**

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto neste item.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5. O órgão deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos Art. 67 e 73 da Lei no 8.666, de 1993;

7.6. As CONTRATADAS serão responsáveis pela gestão dos serviços de Coleta, transporte e destinação de resíduos perigosos (Classe I); Desinsetização e Desratização; Limpeza, higienização e desinfecção das caixas d'água; Sucção /limpeza de resíduos de fossas sépticas; Limpeza e higienização do separador de água e óleo; Recarga de Extintores e teste hidrostático; Coleta e análise microbiológica e físico-químico da água de reservatórios, de acordo com a legislação em vigor, devendo acompanhar o andamento, avaliar a qualidade e manter registro de todas as intervenções corretivas e preventivas realizadas. Esse processo de gestão deve ser efetivado por meio de Certificados de Execução dos Serviços.

7.7. Os serviços de Limpeza/higienização de reservatório de água potável será fiscalizado pelo Fiscal de Contrato, ou militar por ele indicado. Na data de execução dos serviços será emitido um Relatório detalhado da execução dos serviços pela CONTRATADA (caso seja necessário).

7.8. As contratadas assumirão integral responsabilidade pela boa execução dos serviços, com eficiência e eficácia, sendo de responsabilidade das CONTRATADAS quaisquer danos causados por seu pessoal a pessoas ou equipamentos nas instalações do 1ºBEC, em decorrência dos serviços aqui especificados.

- 7.9. Para a execução integral dos serviços, todos os materiais, insumos e equipamentos especializados a serem utilizados, serão de responsabilidade das CONTRATADAS.
- 7.10. O fiscal do contrato ou pessoa indicada por ele, poderá acompanhar a execução de qualquer serviço técnico realizado pelas CONTRATADAS, seja pela equipe técnica ou residente ou subcontratados, para a execução dos serviços.
- 7.11. O Fiscal do Contrato ou pessoa indicada por ele poderá definir a prioridade de execução de qualquer serviço técnico a ser realizado pelas CONTRATADAS, através da solicitação ao Preposto e independente de fator motivante.
- 7.12. No caso da impossibilidade de execução dos serviços na data agendada, as CONTRATADAS deverão informar à CONTRATANTE com no mínimo 48 horas de antecedência.
- 7.13. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 7.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;
- 7.15. A fiscalização destes serviços pela contratante será formada por militares do efetivo do 1ºBEC. A mesma caberá à função de elo entre as Contratadas e a Contratante, exclusivamente nas questões de cunho técnico e de execução do objeto deste documento.
- 7.16. À Fiscalização assiste o direito de não aprovar a medição dada como concluída pela(s) CONTRATADA(s), desde que não esteja dentro dos requisitos exigidos nas especificações deste Termo de Referência, devendo a(s) CONTRATADA(s) sanar(em) as falhas encontradas sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 7.17. Os serviços deverão desenvolver-se sempre em regime de estreito entendimento entre a equipe de trabalho das CONTRATADAS e a Fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido de cumprimento do Contrato.
- 7.18. A presença da fiscalização no local dos serviços não diminuirá a responsabilidade das CONTRATADAS quanto à perfeita execução dos trabalhos.
- 7.19. Toda comunicação formal entre as CONTRATADAS e a Fiscalização deverá ocorrer por escrito.
- 7.20. Cumprir as demais atividades de fiscalização pertinentes aos serviços executados, de acordo com o instrumento convocatório respectivo e a legislação em vigor.
- 7.21. Em caso de dúvidas ou omissões do Termo de Referência caberá à Fiscalização fixar o que julgar mais indicado, comunicando por escrito às CONTRATADAS a solução adotada.
- 7.22. As aprovações parciais e totais, por parte da Fiscalização, dos serviços executados pelas CONTRATADAS, não as eximem de responsabilidade por erros ou falhas que os mesmos possam conter.
- 7.23. Os pagamentos ocorrerão de acordo com a quantidade de serviços realizados, conforme aferido pelo 1ºBEC junto às prestadoras dos serviços.
- 7.24. cumprimento das obrigações estipuladas no contrato serão fiscalizados por servidor (fiscal de contrato) designado pela CONTRATANTE.
- 7.25. Os empregados, sócios ou dirigentes das empresas CONTRATADAS, bem como os seus veículos deverão estar devidamente cadastrados, por ocasião da entrada nesta Organização Militar.
- 7.26. O pagamento será efetuado pela tesouraria do Batalhão após o recebimento da Nota Fiscal atestada mediante conferência das notas de execução dos serviços acionados.

## **Recebimento**



7.27. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.28. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.29. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.30. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.31. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.32. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.32.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.32.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.32.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.32.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.32.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.33. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.34. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.34.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.34.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.34.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.34.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.34.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.35. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do , comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.36. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.37 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.38. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.39. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.40. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.40.1. o prazo de validade;

7.40.2. a data da emissão;

7.40.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.40.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.40.5. o valor a pagar; e

7.40.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.41. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.42. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.43. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.44. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.45. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.46. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.47. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.48. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.49. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.50. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.51. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.52. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.52.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.53. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

7.54 Não será admitido antecipação de pagamento.

### **Cessão de Crédito**

7.55. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.55.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.55.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.55.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.55.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.56. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (meio por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (meio por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (meio por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO ou MAIOR DESCONTO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do contrato será Empreitada por preço global.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos anos já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

---

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento[A19] dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CRQ/CREA), em plena validade;

9.32.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.33. Prova de atendimento aos requisitos abaixo:

9.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



9.34.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.34.3. Prova de atendimento aos requisitos a seguir:

a) DECLARAÇÃO de que possui todas as licenças sanitárias e ambientais do local de transbordo, com validade vigente (a exigência da licença de operação do local de transbordo será apenas solicitada como obrigação contratual, caso a empresa vencedora do certame possua local de transbordo);

b) Comprovação de que possui em seu quadro de funcionários, profissional responsável pela empresa inscrito na entidade profissional competente (CRQ/CREA) e possuidor de anotação de responsabilidade técnica no tocante aos serviços objeto desta licitação, com validade vigente;

c) Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple a coleta de resíduos contidos neste termo de referência em nome da licitante, com validade vigente;

d) Licença de operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple o transporte de resíduos contidos neste termo de referência em nome da licitante, com validade vigente;

e) Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple o tratamento de resíduos contidos neste termo de referência, com validade vigente;

d) Certificado de regularização ambiental concedida pelo IBAMA, com validade vigente.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.35.1.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.43.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.43.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.43.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.43.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.43.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.43.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.43.6.1. ata de fundação;

9.43.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.43.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.43.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.43.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.43.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.43.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A34] .

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 534.422,29** (Quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos) custos unitários apostos no relatório de pesquisa de preço.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

v) . Plano interno: [...].

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilas

*Caicó/RN, 09 de abril de 2026.*

---

JOÃO RICARDO FILGUEIRAS RIOS FILHO  
Chefe da Seção Técnica

---

LAMARTINE CÂNDIDO DE ARAÚJO JÚNIOR  
Equipe de apoio

## 13. ANEXO I

### ANEXO I[A1]

#### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2] )

#### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 15 (quinze) dias contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

#### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

#### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

### 3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.10. A Administração terá o prazo de 10 (dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- 4.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.5. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 4.1.6 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
  - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 4.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 4.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 4.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

- 4.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.1.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.1.20. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.1.21. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.2. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.3. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.4. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.5. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.6. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.8. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.9. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.10. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.11. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

4.12. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

## **5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

6.4.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

6.5. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

6.6. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.6.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.6.3. implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado 6.6.3. Se a operação termo aditivo para alteração subjetiva.

6.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.7.3. Indenizações e multas.

6.8. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.9. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **7. DOS CASOS OMISSOS**

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **8. ALTERAÇÕES**

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Caicó/RN, Seção Judiciária de Caicó para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II

### ANEXO II

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão /Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOAO RICARDO FILGUEIRAS RIOS FILHO**

Chefe da Seção Técnica

## **LAMARTINE CANDIDO DE ARAUJO JUNIOR**

Equipe de apoio